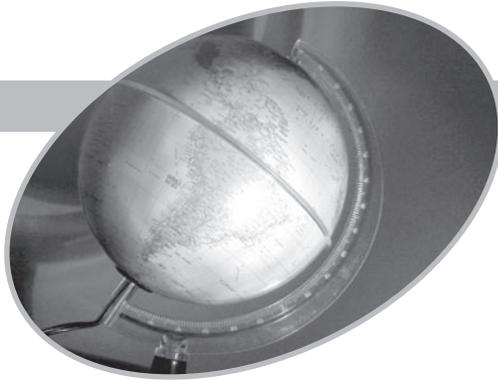


# Contribuição da geopolítica brasileira para os estudos comunicacionais



Jacques A. Wainberg

Doutor em Comunicação (ECA/USP)  
Professor pesquisador da Faculdade de Comunicação  
Social (Famecos) da PUCRS  
Pesquisador do CNPq  
E-mail: jacqalwa@pucrs.br

**Resumo:** A geopolítica, como área de conhecimento, tem contribuído para o entendimento do fenômeno da comunicação. A experiência brasileira é rica nesse particular. As tecnologias de comunicação foram consideradas pela Autoridade nacional como estratégicas na ocupação e controle do território brasileiro. Esse fato mostra também o interesse que a geopolítica revelou, igualmente, pela temática cultural e a formação da identidade nacional através de tais redes e aparatos.

**Palavras-chave:** tecnologia de comunicação, geopolítica, redes.

*Contribución de la geopolítica brasileña para los estudios comunicacionales*

**Resumen:** La geopolítica, como área de conocimiento, viene contribuyendo para el entendimiento del fenómeno de la comunicación. La experiencia brasileña es rica en ese particular. Las tecnologías de comunicación fueron consideradas por la Autoridad nacional como estratégicas en la ocupación y control del territorio brasileño. Este hecho muestra asimismo el interés que la geopolítica reveló, igualmente, por la temática cultural y la formación de la identidad nacional por medio de tales redes y aparatos.

**Palabras clave:** tecnología de comunicación, geopolítica, redes.

*Capitalism and new technologies in the news industry: the post-fordism restructurization in 'assembly lines' and in work organization*

**Abstract:** Geopolitics is an area of knowledge that has contributed to the understanding of the communication phenomenon. The Brazilian experience is a showcase of this fact. Communication technologies were regarded by Brazilian authorities as strategic in the Brazilian territorial settlement and control. This fact shows also the interest revealed by geopolitics in the cultural themes, as well as in the formation of a national identity through such media networks and displays.

**Key words:** communication technology, geopolitics, networks.

Ao longo do tempo, e em variados cantos do mundo, temos testemunhado um penoso esforço intelectual de mapeamento do campo da comunicação. Poder-se-ia argumentar, como o faz Deetz, que “comunicação, numa perspectiva comunicacional, não é um fenômeno secundário, que pode ser explicado por fatores psicológicos, sociológicos, culturais e econômicos antecedentes”:

Ao contrário, comunicação é o processo social primário e constitutivo que explica todos esses outros fatores. Teorias sobre comunicação desde outras perspectivas não são, nesse sentido, da área da teoria da comunicação, porque não estão baseadas numa perspectiva comunicacional (*apud* Craig, 1999:126)<sup>1</sup>.

Um exemplo: Anderson (1996) analisou o conteúdo de sete manuais de teoria da comunicação e, neles, identificou 249 diferentes teorias. Desse total, 195 apareciam em somente um dos sete livros. Ou seja, como comenta Robert Craig, somente 22% daquelas teo-

<sup>1</sup> Tradução feita pelo autor, como nos demais casos de textos em inglês.

rias eram referidas em mais de uma das sete obras, e somente 18 do total, ou 7%, foram incluídas em mais de três. Considerando essa fonte, pode-se reafirmar a assertiva de Craig de que não há, na área, nem teoria canônica, nem consenso sobre seus principais conceitos e parâmetros teóricos.

No que se refere às contribuições disciplinares, fenômeno similar poderá ser facilmente documentado. Por exemplo, no caso da publicação de Klaus Bruhn Jensen (2002), são acolhidas, em linhas gerais, contribuições de 15 disciplinas distintas – lingüística, estudos literários, história da arte, estudos fílmicos, filosofia, história, sociologia, ciência econômica, ciência política, psicologia, psicologia social, antropologia, estatística, geografia e ciências cognitivas.

Suspeito que um estudo sobre manuais de teoria da comunicação no Brasil revelasse dispersão similar. No entanto, provavelmente nenhum deles faria referência aos estudos geopolíticos. A meu ver, a razão para tal desatenção provém do fato de ter predominado, até recentemente, certa hostilidade dos teóricos brasileiros e latino-americanos ao tema tecnológico, que é caro ao olhar estratégico dos círculos militares e de civis alinhados à doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, concebida pela Escola Superior de Guerra (ESG) do Brasil, desde o início dos anos 1950<sup>2</sup>. Esses círculos sempre estiveram preocupados em apontar rumos à política governamental na sua capacidade de instalar populações em áreas com frágil densidade demográfica, assim como em propor políticas visando, entre outras coisas, a controlar o espaço continental brasileiro, estimular o imaginário nacional, romper com o isolamento de comunidades distantes e frear a influência que a indústria cultural estrangeira possui ou potencialmente pode ter no imaginário dos brasileiros na era da globalização.

Durante as décadas de 1960, 1970 e 1980 predominaram, entre os comunicólogos na-

cionais, os ensaios especulativos e os estudos sociológicos e históricos de contexto. Tal tendência não se evaporou e, nos anos 1990, permaneceu sendo igualmente uma marca importante de círculos acadêmicos nacionais que, em boa medida, continuaram a nutrir o gosto por esse tipo de obra, apesar do fato de estarem testemunhando uma revolução social e humana, sem precedentes na história do país, graças, também e em especial, à arquitetura tecnológica comunicacional, introduzida a partir dos anos 1960.

Cabe ressaltar que, ao longo desses períodos, a dispersão epistemológica dos estudos comunicacionais na América Latina, e no Brasil em particular, incluiu também aportes da teoria literária, da psicanálise e da lingüística. Entre as abordagens de campo destacam-se os estudos antropológicos e etnográficos. O entendimento geopolítico, devido à sua natureza administrativa e aplicado, caiu no gosto de grupos distantes do ambiente acadêmico, como foi o caso dos estrategistas da referida ESG. Como na Europa, os amplos tratados de economia e ciência política da comunicação, preocupados tradicionalmente com a distribuição do poder político na sociedade, foram preferência nos ambientes universitários que, mobilizados por um discurso rebelde e anti-imperial, hostilizaram as visões desenvolvimentistas que, com entusiasmo, exaltaram, a partir dos anos 1960, o valor das tecnologias.

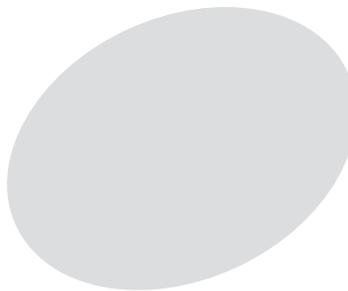
O interesse antropológico revelado em muitos dos levantamentos etnográficos realizados no hemisfério – sobre a cultura popular, por exemplo – resulta dessa angulação sócio-política que os estudos sobre comunicação receberam. Jesús Martín-Barbero, entre outros, destacou-se na liderança dessa guinada teórica. Em 1987, ele abandonou o interesse que possuía pela obra dos pesquisadores norte-americanos que o tinham influenciado até então, com suas teorias focadas sobre o papel e o impacto das tecnologias comunicacionais, marcando com isso também uma mudança de rota, não só sua como de uma comunidade inteira, hoje reconhecida como escola latino-americana de comunicação. Desde então,

<sup>2</sup> A emergência da Internet e a ampla adoção de novas tecnologias de comunicação, como a cabodifusão e telefonia celular, por exemplo, mudaram bastante este cenário.

os tópicos preferenciais desse *college* invisível têm sido o tema da comunicação popular e os fenômenos culturais, econômicos e políticos em geral. Sob sua influência e de outros autores com visões semelhantes, também um importante segmento de comunicólogos brasileiros seguiu esse rumo, reproduzindo, em grande medida, a pauta teórica da escola de Frankfurt dos anos 1930 e 1940.

Há, nessa abordagem, certo sabor denunciante dos meios massivos e do que esses representam, além de certo encantamento e redescoberta do povo e de seus processos “naturais” de comunicação. Percebe-se uma sutil nostalgia por uma sociedade autóctone, ecologicamente saudável, relativamente impermeável e cuidadosamente distante de Hollywood e congêneres. No cenário de fundo, há a busca por uma inocência perdida e ofuscada por tais luzes da ribalta e do mundo globalizado. Predomina o gosto pelas festas populares e a conversação intimista; o fascínio pela rotina da gente comum e o desejo da sobrevivência dos costumes e da tradição de um passado ameaçado pelo imperialismo cultural dos países do Norte. Tal pauta revela engajamento político por um tipo de sociedade de fala mansa, direta, sem intermediários. Deseja-se, nesses círculos, o retorno à soberania perdida na fase do capitalismo financeiro em que as fronteiras tornaram-se porosas. Esse é também o tom de muitos dos agora denominados estudos de folkcomunicação no Brasil. Há certa saudade de um jeito de ser que, no fundo, é imaginado e, em certa medida, idolatrado.

Nesse clima teórico, igualmente produziu-se intensa hostilidade aos militares, por parte dos intelectuais brasileiros, devido ao regime ditatorial que aqueles implantaram no país no auge da Guerra Fria, e é compreensível a aversão que *a priori* desenvolveram contra tudo que emanava das academias militares. Hoje, distanciados da emoção daqueles dias, é possível avaliar com mais frieza a obra teórica e aplicada que esses círculos realizaram. Em especial, reconhece-se a revolução tecnológica que o país testemunhou a partir dos anos 1970,



*Esse olhar geopolítico da função social das tecnologias comunicacionais caracteriza a caserna brasileira desde o alvorecer da nação*

com a introdução de novas tecnologias de telecomunicação no território brasileiro. Esse foi o caso das redes de microondas, que permitiram a discagem telefônica direta a partir dos anos 1970; a integração do Brasil ao consórcio Intelsat, na mesma época; a ampliação da cabodifusão submarina, que uniu o país a continentes tão diversos como a África, a Europa e América do Norte e, ainda, a satelitização de seu espaço orbital na década de 1980.

Na fase atual de julgamento, menos passional, é necessário apontar para essa especial qualidade do olhar estratégico, subjacente às iniciativas da política administrativa implementada ao longo dos governos militares do Brasil. No período, eram objeto de atenção e preocupação: o tema tecnológico e comunicacional, que serviria de instrumento à ocupação do espaço; a viabilização da colonização em regiões isoladas; o estímulo à formação de um “caráter cultural nacional”, graças ao impulso de uma indústria cultural pujante; a integração política da massa continental do Brasil e o desenvolvimento de uma infraestrutura de transporte e comunicação capaz de propiciar o contato mais intenso das regiões do país entre si, produzindo, como resultado, o desenvolvimento do sentimento de nação.

Na verdade, esse olhar geopolítico da função social das tecnologias comunicacionais caracteriza a caserna brasileira desde o alvorecer da nação, quando a Autoridade organizou expedições militares, sob o comando do Marechal Rondon rumo ao sertão, visando disseminar linhas telegráficas pelo interior distante e abandonado. Essa marca, a de ser a comunidade militar brasileira historicamente mais sensível e mais preparada para o tema do

desenvolvimento tecnológico das comunicações, não pode e não deve ser desconsiderada no exame das matrizes teóricas das ciências da comunicação neste país. De fato, e a despeito dos conceitos e preconceitos de todos nós, é necessário assinalar também essa obra teórica e aplicada na formulação de uma teoria comunicacional brasileira.

### Olhar sistêmico

O argumento que apresento é o de que a experiência histórica do Brasil, com certa originalidade, acrescenta à já longa lista de disciplinas interessadas em comunicação mais esta: a da geopolítica. Cabe salientar que a geopolítica interessa-se, ainda e em grande medida, pela dimensão cultural dos conteúdos que a malha tecnológica autoriza disseminar, ou, em outras palavras, pelo efeito simbólico, propiciado pela combinação de tais iniciativas, na formação de um imaginário social.

Desde o alvorecer de seu interesse pelas primeiras tecnologias comunicacionais, a geopolítica brasileira revelou-se atenta ao impacto social e aos seus efeitos culturais, especialmente na formação do que se convencionou chamar de mentalidade brasileira e de caráter nacional. O olhar sistêmico desejou sempre viabilizar, na formulação de políticas variadas e através da combinação de fatores humanos e não humanos num certo espaço, a sociabilidade e a construção da nacionalidade. Decorre dessa ênfase pela materialidade o seu interesse pelo conexionismo (Bechtel, 1990), conceito agora também celebrado e exaltado na ciência cognitiva.

A intuição geopolítica de que as vias de comunicação seriam capazes de animar e conduzir estímulos para e através do corpo social explica o entendimento orgânico de comunicação, usual nessa literatura. Nos anos 1980, ela apostava no surgimento de uma sociedade multicentrada, dinâmica e hábil na sua capacidade de adaptação às mudanças ambientais. Hoje, a mesma idéia é elaborada com a imagem metafórica de rede, freqüente nos estu-

dos sobre comunicação, desde a constituição dos primeiros sistemas telegráficos, no fim do século XIX.

Para os fins da geopolítica e o nosso, que é o de valorizar esse contributo à ciência da comunicação, cabe ressaltar que os espaços humanos não são casuais, mas definições políticas decorrentes de ações combinadas de políticas de transporte e telecomunicação, principalmente.

Ou seja, trata-se do fenômeno no qual grandes sistemas são redes constituídas de elementos, ou unidades, capazes de influenciarem-se mutuamente. Como afirmei em *Casa grande e senzala com antena parabólica*, tais redes “possuem poderes diferenciados de ativação de unidades vizinhas” (Wainberg, 2002:199). A metáfora implícita é a da rede neuronal – quando tais ativações são positivas são denominadas excitação e, quando negativas, inibição. A cognição, assim descrita, serve não só para o ser humano, mas igualmente para sistemas complexos. *Inputs* ativam unidades que, ao se conectarem, propagam o impulso no sistema até obterem certo resultado. A ativação do *input* antecipa o *output* e dirige-se naquela direção. Entre a entrada e a saída envolvem-se unidades do referido circuito. Em outras palavras, uma determinada rede de artefatos de comunicação e transporte possui a capacidade de direcionar um mesmo *input* em diferentes rotas de ativação. A excitação de uma determinada rota torna latente e potencial as demais. O relevante, nessa visão, é a viabilização da interação dos componentes do sistema, e, menos decisivo, a relevância particular de seus constituintes.

A geopolítica interessou-se por tecnologia comunicacional, devido a esse elemento decisivo. Afinal, o conexionismo é o fenômeno central que autoriza a vida humana num certo espaço. Tal modelo postula que as conexões entre as unidades criam estruturas em que a atividade mental ocorre, e essa estrutura é importante para mediar futuros comportamentos. E, por fim, além do interesse pela estrutura e a conexão por ela viabilizada, a geopolítica afirma que o aprendi-

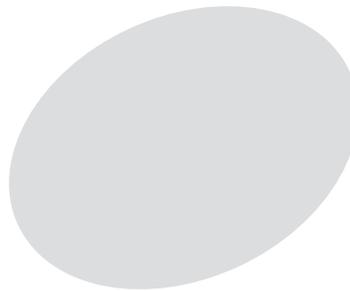
zado é uma atividade natural do sistema que está sendo modelado.

À semelhança de outras visões (como é o caso da ANT, *Actor Network Theory*, de John Law), a geopolítica também entende que um objeto é o resultado de um elenco de contingências relacionais. Por exemplo, a singularidade cultural, tão cara nos escritos geopolíticos dos estrategistas brasileiros, decorre da configuração da identidade num set estável de conexões com outras entidades. Assim, a nacionalidade brasileira é conseqüência de uma rede relacional específica. E está autorizada por determinada estrutura tecnológica.

Uma observação mais atenta da história de tais aparatos, no Brasil, permite inferir como os policy makers nacionais compreenderam o efeito sistêmico da ação dos mesmos, ao estilo das abordagens tecnológicas contemporâneas que, em graus variados, apresentam certo sabor determinista no entendimento das inovações e suas repercussões.

Cabe assinalar, rapidamente, que a trajetória da história tecnológica brasileira inclui diferentes fases: (1) a expansão da telegrafia na costa brasileira; (2) a introdução de tais linhas ao interior brasileiro; (3) o cabeamento submarino de norte a sul do território nacional e deste ao continente africano, ao cone sul e à América do Norte; e (4) a adoção da telefonia logo no seu alvorecer, ainda no século XIX. Também, e a partir dos anos 1930, em ondas sucessivas, (5) a compreensão crescente do papel que a radiofonia deveria exercer na construção da nacionalidade. A seguir (6), com a chegada da TV e o papel que também esse veículo passaria a assumir, de construtor de um imaginário verde-amarelo, graças, principalmente, às redes nacionais constituídas (7) com a satelitização do país e a corrida empreendida pelo Brasil, a partir dos anos 1980, rumo ao espaço.

A construção de um *backbone* de porte nacional de um serviço de telefonia por micro-onda, nos anos 1980, daria vida ao próprio conceito de sistema nacional de comunicação e, depois, de telecomunicação, seguido por ondas mais recentes de cabodifusão e *backbones*



*Uma rede de artefatos de comunicação e transporte possui a capacidade de direcionar um mesmo input em diferentes rotas de ativação*

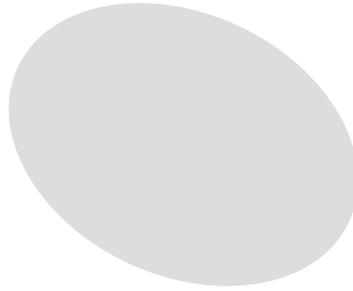
de Internet e Internet 2 e serviços variados que permitem vivificar, como nunca antes, a própria imagem de rede – termo sucessor dos antigos conceitos de *organismo* e *sistema*, usuais na literatura estratégica sobre telecomunicação.

Afirmo que, de forma assistemática, a Autoridade brasileira desenvolveu um entendimento geopolítico das comunicações, ou seja, de que o desafio da ocupação do espaço deveria ser enfrentado, provendo aos humanos condições tecnológicas de contato e, superando, assim, não só a massa geográfica e o tempo como obstáculos mais evidentes e caros ao controle do território, mas, também e principalmente, como instrumentos para superar a sensação de abandono que caracterizou a vida de migrantes e imigrantes que se instalaram nos mais diversos rincões e clamavam por conexão.

Deriva dessa especial circunstância – o isolamento – o fato de que as tecnologias de transporte e comunicação tornaram-se, nessa história, tópicos de forte apelo político. *Governar é construir estradas* tornou-se, por isso, *slogan* político usual. Ao longo dessa história, a referida conexão humana era entendida mais facilmente como deslocamento dos corpos. Comunicar significou, durante largo período, viajar. A continentalidade territorial, os vazios demográficos e o subdesenvolvimento das telecomunicações deixavam à tona essa sensação de predomínio da geografia sobre a sociabilidade virtual.

Hoje se costuma afirmar que longe é um lugar que não existe. Divulga-se à exaustão a idéia da compressão do tempo. Constrói-se a imagem de cabanas eletrônicas e aldeias globais. Inclui-se agora na linha de tempo, após as eras da oralidade, do manuscrito, da tipogra-

*Há na história brasileira uma compreensão do papel estratégico das inovações telecomunicacionais*



fia, da eletricidade, a era da telecomunicação. Nela supera-se o espaço e provê-se vizinhança a comunidades cada vez mais distantes. Vizinhança como pressuposto da cultura, da sensação de partilha simbólica que cria a nação. Tal fato explica por que comunicação constituiu-se em ansiedade estratégica do Brasil desde seu alvorecer.

Em outras palavras, em países como o nosso, a teoria tecnológica da comunicação (Ellul, 1968; Czitrom, 1982; Ong, 1998; Goody, 1986; Meyrowitz, 1985; McLuhan, 1972; Beniger, 1997; Postman, 1994) foi sempre uma referência básica nas políticas de Estado que valorizaram aparatos não só das vias de transporte daqueles tempos – como a hidrovía, a aerovía, ferrovia e a rodovia –, mas também as infovias de todos os tempos – como a telegrafia, o rádio, a TV e, agora, a Internet.

A Amazônia é *showcase* em miniatura dessa experiência. Na primeira fase, a ocupação do espaço ocorreu, como se sabe, nas margens ribeirinhas. Essa civilização permaneceu dependente da hidrovía, e, depois, no interior, cada vez mais distante das águas, das telecomunicações, graças à satelitização da floresta. Reticula-se o espaço e ocupam-se as regiões, à semelhança das investidas de Rondon que, em missões militares, levantou postes, criando trilhas ao longo de seu percurso. E nelas, ao lado delas, surgiram vilas, vilarejos, cidades.

Em suma, há na história brasileira, expressa em políticas da Autoridade, uma compreensão do papel estratégico das inovações telecomunicacionais. A obra geopolítica de tom empírico tratou de compreender e sistematizar esse olhar. É o que explica, por

exemplo, o intenso debate sobre telefonia que acirrou os ânimos de diferentes atores ao longo da história brasileira e se tornou tópico freqüente dessa literatura. A ameaça de eventual *débaçle* desse sistema, que perdurou até recentemente no Brasil devido à falta de linhas, e no passado mais distante, devido também à disfunção sistêmica de cerca de mil empresas de telecomunicação incompatíveis entre si, representou em inúmeros momentos ameaça à própria funcionalidade social e econômica do país. Tais fatos explicam políticas em ziguezague, ora buscando sua estatização, ora sua privatização, numa relação de ódio e amor ao investidor internacional.

### ● Era das telecomunicações

O Brasil, ao longo dos anos recentes, tem servido de verdadeiro laboratório para essa visão tecnológica moderadamente determinista. Entre os efeitos, usualmente avaliados, da nova tecnosfera, emergente em todo o mundo, está seu impacto na força de trabalho (cada vez menos rural e mais urbana e de serviços), na educação (exigindo mudanças radicais na tecnologia escolar e na função pedagógica do professor), no lazer e entretenimento (com ampla difusão de produtos virtuais), na cultura (democratizando o acesso à informação) e na política (permitindo maior transparência dos sistemas políticos e a participação comunitária), entre outras modificações.

Embora proceda a crítica de que é impossível precisar o momento e quantificar os fatores determinantes da passagem da era industrial e moderna a esse novo tempo, por vezes rotulado também de pós-industrial, pós-moderno ou ainda de sociedade da informação (Webster, 1995), nos valeremos, por falta de alternativa, do senso comum. Este permite que a intuição nos aponte para a combinação de fatores promotores de tais mudanças radicais, entre eles, sempre, a presença de um mecanismo comunicacional inesperado. No caso mais recente poder-se-ia assinalar a presença,

além do computador, também do satélite, da fibra ótica, da cabodifusão, entre outros aparatos que facilitam a articulação dos contatos humanos em dimensão planetária.

Em outras palavras, afirmamos que há sempre, em cada um desses tempos, uma marca tecnológica comunicacional preponderante, um meio novo que se sobrepõe aos existentes, por apresentar qualidades relativas vantajosas. Essas mudanças permitem que se vislumbre como tais novas tecnologias “afetam a maneira como pensamos” (Czitrom, 1994:162). O rádio, por exemplo, dominou durante algumas décadas o imaginário social brasileiro, auxiliando na consolidação de padrões simbólicos fundantes da nacionalidade. Sem eliminar o jornal e a mídia impressa, superou-a ao prover conectividade, instantaneidade e espacialidade. Ouvir rádio significava estar em sintonia com o mundo e com as gentes. O mesmo princípio aplicou-se ao tempo da televisão.

Ou seja, o princípio subjacente, aqui, é de que determinada era é marcada pela presença de um ou mais de um aparato inovador que autoriza enlances antes impossíveis, e tais enlances tornam-se decisivos na realização de vários empreendimentos sociais, econômicos, políticos e culturais antes inimagináveis.

Há, como se vê, uma mudança não só qualitativa, mas igualmente quantitativa na articulação do espaço social. No primeiro caso, certas habilidades e virtudes cognitivas são excitadas a expensas de outras, condenadas a certo ostracismo (a escrita foi vista como ameaça à memória; o cinema falado, à mímica). No segundo, há um processo de inclusão de grupos humanos no processo comunicacional.

O efeito político da rede já tinha sido assinalado por Andrew Barry (1996). Ele tratou do impacto da telegrafia elétrica, ainda no século XIX, na França, país que compreendera em tenra idade a importância desses sistemas, após sua vitoriosa experiência com o sistema nacional de telegrafia ótica. Tais sistemas telecomunicacionais começaram a ter papel decisivo na regulação dos fluxos de objetos, informações e pessoas. Essas redes proveram conexão entre as deliberações das autoridades públicas e o esparso ter-

ritório nacional francês, país de grande porte e que sofria a ansiedade da homogeneização cultural, unidade lingüística e desenvolvimento de uma mentalidade e caráter nacionais.

Considerando as evidências à nossa disposição<sup>3</sup>, afirmamos que chegamos agora, também no Brasil, a um novo tempo, à era das telecomunicações, a uma nova fase da história do país, marcado pela virtualidade e permeado por uma nova cesta de mecanismos comunicacionais, que fazem uso do computador, mas que o superam, ao articulá-lo em rede. Tais mecanismos possuem virtudes e potencialidades específicas, causando efeitos de largo espectro. Como afirmado, o caso brasileiro é laboratorial, pois, examinado sob o ponto de vista das tecnologias comunicacionais, a história do país pode ser explicada também pela capacidade que esses aparatos têm, ou não têm, de integrar o território. Se, no passado, os sistemas de transporte realizavam essa tarefa, hoje a situação é distinta. Hoje, mais do que nunca, a conquista dos espaços e a forma de como as pessoas socializam dependem gravemente das tecnologias telecomunicacionais. O estudo desses efeitos permite que se ressalte no Brasil contemporâneo, e com especial nitidez, a relevância social e histórica que tais artefatos têm.

Na verdade, esses efeitos têm permitido que se vislumbre, ao longo do tempo, a natureza de tais eras. Ela salta aos olhos, em especial, nos momentos graves de transição, quando se abandona um estilo de vida, como foi a da transição de uma Grécia oral para outra, a Grécia letrada (Havelock, 1996), marcada pelo alfabeto fonético; ou, ainda, noutro exemplo, de uma era manuscrita, como foi a do medievo, para outra, tipográfica, como foi

<sup>3</sup> Referimos-nos a tais evidências no livro *Casa grande e senzala com antena parabólica* (Wainberg, 2001). Entre elas temos a satelitização das comunicações, a expansão das infovias por fibra ótica, a popularização da comunicação móvel, a introdução da cabodifusão, a ampliação das redes de telefonia e a inclusão de novas massas de consumidores de tele-serviços, a instalação de uma indústria de equipamentos de telecomunicação, entre outros. Essa infraestrutura permitiu ao Brasil resolver alguns problemas históricos, tais como a falta de rapidez nas comunicações, a chegada do sinal telefônico a lugares inacessíveis no passado e a conseqüente capilaridade crescente da rede. Os reflexos sociais, econômicos, políticos e culturais de tal rede são inúmeros.

a do Renascimento, na qual, como consequência, ter-se-ia não só a reforma protestante como também a popularização do saber e a emergência do próprio espírito democrático<sup>4</sup>.

Esse entendimento sistêmico e orgânico é um dos mais antigos. O homem vive em grupo, e sua interação com os semelhantes mais distantes, facilitada pela tecnologia comunicacional, torna seu mundo cada vez mais complexo e integrado.

Ora, imaginar uma massa continental, como a brasileira, destituída de uma mediação tecnológica de porte é imaginar um corpo social sem vitalidade. Decorre daí a inferência da geopolítica nacional: este país depende, para sua sobrevivência, desta materialidade. Ela, verdadeiramente, articula a comunidade simbólica a que chamamos de nação. Em jogo, sempre, está este fato: a derrota do espaço e a vitória da tecnologia.

### Interesse renovado

O tema tecnológico e seu papel geopolítico retornam porque o Brasil vê-se obrigado a tomar medidas polêmicas na resolução dos impasses relativos à expansão de sua malha telecomunicacional, privatizando e atraindo capital estrangeiro na implantação da telefonia móvel e de sua rede industrial e comercial de suporte. A incapacidade do Estado em fazer frente a essa demanda do tempo obrigou o tema tecnológico a se converter em dilema igualmente político, emotivo mesmo. A decisão por esse novo rumo, privatizante e globalizado, revela o reconhecimento de que eventual paralisia no desenvolvimento desses artefatos colocaria o país num impasse grave.

Sob o ponto de vista teórico prepondera, portanto, a visão antes desconsiderada. Cabe responder: os aparatos comunicacionais que se interpuseram entre os seres humanos ao longo da história alteraram de forma grave e

diferenciada a maneira como as pessoas perceberam a realidade? O papiro, a pedra, os tabletes de argila, os textos manuscritos, o jornal tipográfico, as cantigas e a retórica em praça pública, os bilhetes e recados transportados por pombos-correio, por sinais telegráficos visuais e elétricos, por sinais de fumaça ou códigos outros como bandeiras, fogo, alfabetos ideográficos e fonéticos, e a televisão, depois do jornal, da revista, do cinema e do rádio, e agora da Internet, ao mediar informação, formatando-a diferentemente, condicionaram de forma variada, com graus diferenciados de eficiência e envolvimento, o aparato receptivo humano, alterando a forma como as pessoas incorporaram o mundo?

A resposta a essa grave pergunta é sim, um vigoroso sim. Os primeiros anos do século XXI testemunharam uma situação excepcional. O Brasil vive uma revolução tão profunda em sua tecnosfera que provocou nas pessoas a perda de sensibilidade, a incapacidade para celebrar verdadeiramente a novidade. Tal condição especial, a de se defrontar não só com a televisão, mas também com diferentes tipos de TV; não só com o rádio, mas com diferentes tipos de rádio; com o cinema, permeado de efeitos especiais, e com a Internet, além de dezenas de outros aparatos, fez com que a reflexão sobre tecnologia voltasse agora revigorada à tona, depois de ser desprestigiada no exame do processo comunicacional em geral, e da recepção em particular.

O gosto europeu pela revelação do jogo do poder, gosto que tanto influenciou os teóricos brasileiros, e a ansiedade latino-americana em reviver a cultura popular e em insuflar ânimo crítico à resistência política, não só deslocaram o olhar do observador nacional da reflexão sobre a tecnologia comunicacional, mas despertou certa ojeriza geral ao tema da inovação. Nesse clima de crítica intensa ao que se convencionou chamar de neoliberalismo, tratou-se de revitalizar o charme perdido ao longo da história pela oralidade e seu equivalente político, a democracia participativa, vocacionada a dar voz às classes subalternas e destinada a abalar a credibilidade da demo-

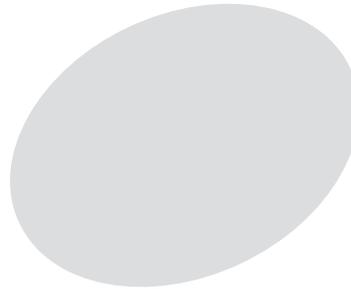
<sup>4</sup> Há um intenso debate sobre a natureza tecnológica de tais mudanças. A visão crítica está desenvolvida na obra de David R. Olson, *O mundo no papel* (1997).

cracia representativa, formal, idealizada para o jogo de cena, no qual predominam sempre os interesses hegemônicos. E também de opor-se não só ao determinismo tecnológico, mas também à subserviência humana à máquina. A máquina não é, sob esse olhar culturalista e politizado, verdadeiramente, o motor da história. Não é fator autônomo que determina a economia, a sociabilidade, os negócios. Nessa visão, ao contrário, a máquina é fator dependente dos vetores culturais e sociais e cabe, nesse grito revigorado de protesto e culto à natureza e aos fundamentos de uma cultura imaginada, propor um tipo de sociedade mais artesanal, mais intimista, menos complexa, ao estilo do “*small is beautiful*”.

Nesse olhar não só a televisão, mas os *mass media* em geral são demonizados, por seus efeitos deletérios aos sonhos e fantasias humanas. Na era de crítica ao modelo de desenvolvimento industrial, a tecnologia passou não só a ser desconsiderada, como desprestigiada, envolvida pela denúncia de seus malefícios. Uma espécie de Síndrome de Frankenstein, uma civilização temerosa de sua criação, dos seus efeitos colaterais – poluição, guerra atômica, alienação humana. A grife do momento é o grito contra o neoliberalismo<sup>5</sup>, metáfora que revigora antigas causas e velhas experiências.

A densa literatura reativa, que reflete sobre o tema da tecnologia, especialmente a produzida em ambientes mais disponíveis e fascinada com a cultura da inovação, como é o caso dos Estados Unidos (mas também Japão e outros países), considera aberrante a proposição de estudar-se, por exemplo, a recepção sem estudar o canal e sua natureza. Pessimistas críticos e tecnófilos, naquelas paragens, têm concordado pelo menos nesse particular: trata-se de uma marca do tempo da qual não se pode fugir. Sem desconsiderar as mediações em geral – a econômica, a social, a cultural e a religiosa, entre outras –, há que se incluir

essa também. No exemplo citado dos estudos sobre recepção, a teoria tecnológica da comunicação a entende também como um fenômeno orgânico, que depende gravemente da extensão dos sentidos, das virtudes e limitações inerentes à estrutura de tais aparatos, de sua habilidade e limitação ora em excitar ora em inibir a percepção, enquadrando-a dessa e não daquela forma.



*O Brasil vive uma  
revolução tão  
profunda em sua  
tecnosfera que  
provocou nas  
pessoas a perda de  
sensibilidade*

O historiador canadense Harold Innis (1991) denominou essa condição de *bias*, termo em inglês que remete à predisposição tecnológica em estimular os seres humanos por certo e específico fator inerente à estrutura íntima do veículo, deixando outros sentidos humanos potenciais em estado latente, à espera de tecnologias adequadas. Nesse mesmo espírito, Marshal McLuhan popularizaria a máxima de que “o meio é a mensagem”. Ao contrário do que se pensa, ambos foram críticos ácidos do condicionamento tecnológico moderno do ser humano. Innis tinha em mente a paisagem bucólica de sua infância, permeada de contato interpessoal. McLuhan é estimulado por seus estudos de literatura a pensar nos efeitos não mais do texto sobre o leitor, mas da tecnologia, em especial a televisão sobre o telespectador. A lista de autores atormentados pelo pesadelo da autonomia tecnológica, um Deus extracórporeo, inclui Jacques Ellul, Charles Dickens, Mark Twain, George Orwell, Langdon Wiener, Neil Postman, Lewis Mumford, Jean Jacques Rousseau, Heidegger, Ortega y Gasset e Don Ihde, entre vários outros.

<sup>5</sup> Exemplo desse tipo de argumento é o realizado por John Armitage (1999), da Universidade de Northumbria, Newcastle, UK, “Resisting the neoliberal discourse of technology”. [www.ctheory.com/article](http://www.ctheory.com/article). Acessado em 10/10/2006.

As transformações de largo espectro produzidas pela predominância de tecnologias comunicacionais específicas, ou, ainda, de estruturas multimídia complexas, num certo tempo e em certos espaços, têm sido o objeto de uma vasta obra intelectual. O próprio Innis, com seu estilo avassalador, quase indecifrável, reflete sobre tal efeito sistêmico. A vida humana, em geral, reage em cadeia à introdução de um ou mais aparatos comunicacionais.

Outro autor, Walter Ong (apud Farrel, 2000), produz obra sobre as virtudes holísticas da oralidade. Jack Goody (1986) destaca-se por seus estudos sobre a lógica da escrita, e Elisabeth Eisenstein (1998), sobre a cultura impressa. Todos se dão as mãos no realce tecnológico. Levemente deterministas, afirmam que não escapamos ao condicionamento de tais aparatos. Se for verdade que somos frutos de um tempo, de um espaço e de um mundo simbólico, como ressaltado nos enfoques anteriormente explicitados, também é verdade que tal fruto, o ser humano, é gerado por tal intervenção de variável tecnológica e midiática.

Por fim, cabe sumariar o dito.

Em *primeiro lugar*, a geopolítica está interessada no modelo transmissional da informação, mas não exclusivamente. Trata-se de pré-requisito ao que se revela decisivo à sociabilidade e que está contemplado em modelos adicionais de comunicação, como o do interacionismo simbólico e o do cognitivismo, por exemplo. Nesse sentido, a geopolítica contribui, realçando os conceitos de estrutura, conexão e capilaridade da rede tecnológica no espaço e sua relevância para a produção de sentido e significado das trocas simbólicas.

Em *segundo lugar*, a geopolítica possui um tom aplicado, pois considera as implicações práticas das estruturas tecnológicas, que são a razão de ser das políticas que visam a dar condições ao povoamento, à economia, à sociabilidade e ao controle político. Em outras palavras, a região é demarcada por pegada tecnológica.

Em *terceiro lugar*, a história das tecnologias telecomunicacionais, no Brasil, revela o entendimento geopolítico do impacto dessas inovações na formação da nacionalidade, via-

bilizando a superação do espaço e a unidade política do território. Segundo essa visão, como afirmado também na ANT, um objeto é o resultado de um elenco de contingências relacionais. Cabe salientar que a ANT foi desenvolvida para analisar situações em que é difícil separar humanos de não-humanos, e em que os atores têm várias formas e competências. Essa elaboração explora as lógicas estratégicas de tais fluxos e conexões, dando vida aos jogos entre os atores na rede a cada momento. Nesse sentido, o social é compreendido como fenômeno de circulação. Da mesma forma, encontra respaldo em teorias cognitivistas contemporâneas, como é o caso da desenvolvida por autores como Dan Sperber (1996; 1999). Entre seus conceitos relevantes está a idéia de “epidemiologia de representações”, ou seja, o conceito de que o imaginário é construído em “cadeias de casualidade cognitiva”<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Nessa interpretação, fenômenos sociais decorrem de causas naturais. O autor está interessado na propriedade material de tais ocorrências. Para ele, é impossível identificar a maioria, se não todos, dos fenômenos sociais e culturais, sem apoiar-se nas representações mentais dos agentes sociais. Tais representações têm propriedades materiais (padrões neuroniais) e abstratos. No último caso, o que predomina é o conteúdo mais do que as propriedades materiais. Sua inquirição concentra-se então na pergunta chave que importa realçar para os nossos fins: como podem propriedades abstratas de conteúdo ser implementadas e tornarem-se decisivas? Na resposta, Sperber cria a figura das Cadeias de Causalidade Cognitiva (CCC). Ou seja, processos materiais (como a rede telecomunicacional, na visão geopolítica das comunicações), sistematicamente, implementam conteúdos transmitidos por relacionamento-conexão, e têm efeitos que são explicados por tais redes de intercessão na cadeia entre as partes constituintes de um certo sistema. A vida mental ocorre nessas cadeias. Enquanto os psicólogos falam de representações mentais individuais, cientistas sociais tratam de representações que são coletivas. Assim, as CCC são na verdade sociais (CCCS). Num exemplo, um evento mental no comunicador torna-se um evento ambiental, e daí a um evento mental do receptor. Essas longas cadeias de CCCS têm o efeito de estabilizar as representações mentais de certa população num certo ambiente. Combinam-se representações mentais e produções públicas (práticas e artefatos) dos quais emerge a cultura, ou Cadeias de Causalidade Cognitiva Cultural (CCCC). Por fim, e resumindo, as CCCS não constituem um aspecto do social. Elas *são* o social. As CCCC não são um aspecto da cultura. Elas *são* a cultura. Para esse autor, cientistas sociais e antropólogos devem preocupar-se menos com problemas conceituais e analisar mais objetos substantivos, concretos. Essa cadeia, em que se passam de pessoa a pessoa e de geração a geração elos identificatórios comuns, recebe do autor o qualificativo de epidemiologia das representações – contágio por contato. Combina a vida psíquica individual com uma perspectiva ambiental.

A cultura é considerada um fenômeno em escala populacional. Cabe assinalar que isso só é possível graças ao que se convencionou denominar, nessa visão, de “artefatos cognitivos”. Tais cadeias permitem a distribuição de fatos públicos e mentais num certo espaço. Outro autor, J.J. Gibson (1979), elabora sobre psicologia ecológica e relaciona percepção não ao estímulo, mas ao *layout* de certo ambiente, às possibilidades que tal *design* abre para a ação e a avaliação que o indivíduo receptor tem de sua própria situação no cenário<sup>7</sup>.

Fazemos uso desses *insights* porque acreditamos que a geopolítica, preocupada com a ocupação do espaço, percebeu a relevância da tecnologia telecomunicacional, no sentido de ser também ela um artefato cogniti-

vo estratégico para o país. Intuiu o caráter epidemiológico da difusão da informação e percebeu o fenômeno antropológico como um processo orgânico, mental, portanto.

Por fim, cabe ponderar, no espírito de Robert Craig (1999), referido na abertura desta reflexão, que a teoria da comunicação, como campo aberto, trata dos problemas de comunicação, como práticas sociais. Trata-se de um metadiscorso que emerge do diálogo das disciplinas entre si. Nesse espírito, a geopolítica pede espaço e afirma que tem dialogado intensamente com a ciência social e com as ciências humanas sobre o dilema da sociabilidade. Nessa caminhada, descobriu o vigor da tecnologia na estruturação comunitária, especialmente no contexto particular de fobia à desagregação e à dispersão que caracterizou a história brasileira, mas não só a ela como a todas as demais, nas quais o território continental serviu de obstáculo a nações dispersas e atormentadas pelo isolamento e alienação.

<sup>7</sup> Ambientes tecnologicamente ricos permitem que se observe com mais clareza tal combinação de processos internos e externos, como é o caso da interação homem-computador. Esse tipo de estudo tem sido denominado ergonomia cognitiva e visa ajudar a desenvolver tecnologias, ambientes organizacionais e de aprendizagem numa forma compatível com os ensinamentos da ciência cognitiva.

## Referências

- ANDERSON, J. A. *Communication theory: epistemological foundations*. New York: Guilford Press, 1996.
- ARMITAGE, John. “Resisting the neoliberal discourse of technology” (1999). [www.ctheory.com/article](http://www.ctheory.com/article). Acessado em 10/10/2006.
- BARRY, Andrew. “Lines of communication and spaces of rule”. In: OSBORNE, T. A. & ROSE, N. *Foucault and political reason*. Chicago: University of Chicago Press, 1996, pp. 123-141.
- BECHTEL, William. “Connectionism and the philosophy of mind: an overview”. In: LYCAN, William G. (ed.). *Mind and cognition: a reader*. Oxford: Basil Blackwell, 1990, pp. 252-273.
- BENIGER, J. *Technological and economic origins of the information society*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997.
- CRAIG, Robert T. “Communication theory as a field”. *Communication Theory*, maio 1999, pp. 119-161.
- CZITROM, Daniel J. *Media and the American mind: from morse to McLuhan*. Chapel Hill, North Carolina: University of North Carolina Press, 1994.
- DEETZ, S.A. (1994) “Future of the discipline: the challenges, the research and the social contribution”. In: DEETZ, S. A. (ed.). *Communication Yearbook 17*. Thousand Oaks, CA: Sage 1994, pp. 565-600.
- EISENSTEIN, Elisabeth. *A revolução da cultura impressa: os primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Ática, 1998.
- ELLUL, Jacques. *A técnica e o desafio do século*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1968.
- FARREL, Thomas J. Walter. *Ong’s contributions to Cultural Studies*. Cresskill, Nova Jersey: Hampton Press, Inc., 2000.
- GIBSON, J.J. *The ecological approach to visual perception*. Boston: Houghton Mifflin, 1979.
- GOODY, Jack. *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- HAVELOCK, Eric. *A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- INNIS, Harold. *The bias of communication*. Toronto: Universidade de Toronto, 1991.
- JENSEN, Klaus B. (ed.). *A handbook of media and communication research*. Londres: Routledge, 2002.
- LAW, John. (1992) “Notes on the theory of the actor network: ordering, strategy and heterogeneity”. Lancaster University. [www.comp.Lancs.ac.UK/sociology/](http://www.comp.Lancs.ac.UK/sociology/). Acessado em 10/10/2006.
- MCLUHAN, M. *A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico*. São Paulo: Nacional, 1972.
- MEYROWITZ, J. *No sense of place: the impact of electronic media on social behavior*. Nova York e Oxford: Oxford University Press, 1985.
- OLSON, David R. *O mundo no papel*. São Paulo: Ática, 1997.
- ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita*. São Paulo: Papyrus, 1998.
- POSTMAN, Neil. *Tecnopolio: a rendição da cultura à tecnologia*. São Paulo: Nobel, 1994.
- SPERBER, Dan & HIRSCHFELD, L. “Culture, cognition and evolution”. In: WILSON, Robert & KEIL, Frank (eds.) *MIT encyclopedia of the cognitive sciences*. Cambridge, MA: MIT Press, 1999.
- SPERBER, Dan. *Explaining culture: a naturalistic approach*. Oxford: Basil Blackwell, 1996.
- WAINBERG, Jacques A. *Casa grande e senzala com antena parabólica*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.
- WEBSTER, Frank. *Theories of the information society*. Londres: Routledge, 1995.